

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

CLIP PING

7 a 10 de ABRIL
2018



TJ ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

LINHA VERDE VOLTA HOJE

Faixa exclusiva para ônibus em Camburi aceita carona solidária



MARCELO PREST - 12/03/2018

Linha Verde vai passar por período de testes; inicialmente motoristas não serão multados

▲ LARA ROSADO
lrosado@redgazeta.com.br

Após decisão judicial, a Linha Verde volta a funcionar hoje na Avenida Dante Michelini, em Vitória. Agora, veículos que praticam a carona solidária, ou seja, com pelo menos três passageiros, poderão trafegar pela faixa. Ônibus, táxis e vans também poderão fazer uso da Linha Verde sem qualquer punição. A faixa exclusiva funcionará das 6 às 20 horas. Aos sábados será adotada das 6 às 14 horas.

Segundo o secretário municipal de Transporte e Trânsito de Vitória, Tyago Hoffmann, a carona solidária vai ao encontro do projeto, por compartilhar o veículo com mais passageiros. "O que estamos incentivando é o transporte coletivo ou o solidário porque a cidade não suporta mais os veículos com um só passagel-

ro, uma só pessoa".

As próximas três semanas serão de adaptação. Neste intervalo, não haverá aplicação de multas. Ela só vai ocorrer após o período de testes, que ainda não tem data para ser concluído.

LIMINAR

A Linha Verde foi im-

plantada no dia 12 de março. Porém, a iniciativa foi suspensa no dia 21 em decisão liminar depois de uma ação popular pedir a suspensão da faixa, argumentando que não houve diálogo com a população. A Prefeitura de Vitória recorreu a decisão e a Justiça cassou a liminar que sus-

pendia a Linha Verde no último dia 28. Na ocasião, o desembargador Délio Rocha Sobrinho apontou que o município demonstrou através de documentos que realizou audiências públicas por mais de 10 anos antes de implementação do projeto.

MUDANÇAS

Os semáforos das avenidas Américo Buaiz, Saturnino de Brito e Dante Michelini serão todos reajustados visando a retomada da faixa. Além disso, segundo a prefeitura, guardas de trânsito estarão distribuídos nesses trechos para orientar os motoristas. O painel, localizado próximo ao Iate Clube, na Avenida Saturnino de Brito, voltará a sinalizar orientações aos motoristas.

Segundo Hoffmann, a Rua Odete Braga Furtado, que tem entrada na Avenida Américo Buaiz e dá acesso à Terceira Ponte, será fechada

nos horários de pico: a partir das 17 horas até 20 horas. Os motoristas que antes acessavam à Praça do Pedágio pela Rua Odete Braga Furtado, deverão fazer o retorno após o posto de gasolina, na altura da Praça dos Desejos. Se o congestionamento na região tiver terminado, a Guarda Municipal poderá liberar a abertura da via.

"Vamos continuar fazendo aperfeiçoamentos. Estamos insistindo na necessidade de ter um tempo de teste", afirma Hoffmann.

EXPANSÃO

A prefeitura pretende estender a Linha Verde da Praia de Camburi até a Rodoviária de Vitória. Hoffmann explica que o projeto original contempla uma longa faixa litorânea, além de outras importantes avenidas como Reta da Penha e Fernando Ferrari. A ampliação, porém, não tem nada definida.

ENTENDA

REGRAS TRANSPORTE COLETIVO

▼ Mobilidade

A Linha Verde é um projeto de mobilidade urbana e permite que ônibus do transporte público, escolares e particulares trafeguem pela faixa com mais agilidade.

SOLIDARIEDADE

▼ Carona solidária

Será permitida na via veículos que tenham três passageiros ou mais. Não há limites de idade na contagem do número de ocupantes de um carro. Estando no carro os pais e um bebê, por exemplo, já alcançará o limite de três pessoas no veículo.

VEÍCULOS

▼ Vans e táxis

Assim como na Linha Verde que dá acesso à Reta da Penha, na Avenida Desembargador dos Santos Neves, em Santa Lúcia, é permitido que as vans e táxis trafeguem na faixa da Dante Michelini.

FISCALIZAÇÃO FASE DE ADAPTAÇÃO

▼ Testes

Durante as próximas semanas, não haverá aplicação de multas. A fiscalização só será feita após três semanas ou mais.

IMAGEM TV GAZETA/ARQUIVO



"Estamos pedindo um voto de confiança da população, porque não é simples operar a Linha Verde

—
TYAGO HOFFMANN
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRANSPORTES

Mudança não vale para outras faixas exclusivas

Apesar da novidade da carona solidária ser liberada na Linha Verde da Avenida Dante Michelini, nas faixas exclusivas que já são operadas na Capital, na Avenida Desembargador dos Santos Neves, em

Santa Lúcia, a iniciativa não será permitida.

De acordo com Tyago Hoffmann, na faixa que dá acesso à Reta da Penha já é permitido a passagem de vans e táxis, além dos ônibus. No entanto, na Linha

Verde que desemboca na Rua Dukla de Aguiar, acesso à Terceira Ponte, só é permitida a passagem de ônibus.

"A Linha Verde que dá acesso a Rua Dukla de Aguiar é chamada de agulha por causa do espaço

dela. Como ela é a entrada para a Terceira Ponte, ela não comporta os outros veículos, apenas os ônibus para fluir o trânsito".

Como a carona solidária será um teste na retomada da Linha Verde em Cambu-

ri, Hoffmann explicou que pode ser que a iniciativa seja adotada futuramente nas outras faixas. "Ainda não podemos adotar porque faremos um teste. Vamos observar. Se der certo, pode ser que a gente estenda".

Advogado busca impedir sistema

O recurso que tenta suspender o sistema da Linha Verde tem até o próximo dia 23 para ser protocolado no Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES).

Após ser protocolado, o pedido vai ser analisado pelo colegiado do Tribunal, ou seja, não apenas por um juiz, como foi a decisão que liberou a volta da faixa exclusiva.

Responsável pela ação que suspendeu a Linha Verde, o advogado Amarildo Santos segue com o planejamento de recorrer da decisão e impedir o funcionamento do sistema. "Estou reunindo vários documentos. Vamos argumentar que não houve debate público sobre o sistema", diz Santos, preocupado



ENGARRAFAMENTO: preocupação

com o risco de mais engarrafamentos na região.

Nos documentos anexados ao processo, a Prefeitura alega ter realizado 22 reuniões com 75 associações de moradores em 2017. Nesses encontros, a ampliação da Linha Verde teria sido debatida.

Esse foi o argumento aceito pelo Juiz Délio José Rocha Sobrinho, da 2ª Câmara Cível do TJES, que liberou o retorno do sistema. "Diga-se de passagem, ao que parece, permaneceu em discussão junto à comunidade por mais de dez anos", destacou o juiz na decisão.

A ideia do advogado é juntar documentos que comprovem que esses debates não aconteceram.

Gilmar Mendes cita “coquetel do diabo”

« O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes afirmou, em entrevista ao jornal Expresso, de Portugal, que o quadro político brasileiro vive um momento “preocupante”. Ele diz entender ser preciso “preservar a política, porque é o único espaço para viabilizar o funcionamento da democracia”.

Um dos votos a favor do ex-presidente Lula (PT) no julgamento do habeas corpus preventivo que derrubou o salvo-conduto do petista e abriu caminho para evitar a prisão na Lava Jato, o ministro defen-



NELSON JR/STF

Gilmar Mendes falou em entrevista a jornal português

deu que prisões sejam apenas executadas após decisão terceira instância.

“O ambiente está muito contaminado – procura-

dores, juízes, abaixo-assinados – e não podemos esquecer que isto também é uma luta de poder para procuradores e juízes de

primeira instância. A minha posição é que devemos exigir a ida até pelo menos ao STJ”, disse.

O ministro ainda ressaltou que a Operação Lava Jato, “que atingiu toda a classe política, vai ter repercussão no processo eleitoral de outubro”.

“A crise gerou na população um sentimento de descrença, de procura do “novo”, que ninguém sabe o que é depois deste abalo sísmico. Isto num quadro eleitoral, é como se o diabo nos tivesse preparado um coquetel”, avaliou o ministro. (Agência Estado)


 merval@oglobo.com.br

MERVAL PEREIRA



Mudança da jurisprudência que permite a prisão em 2ª instância leva ao descrédito

O perigo do retrocesso

O temor do ministro Marco Aurélio Mello de que uma convulsão social ocorresse devido à prisão do ex-presidente Lula, o que não aconteceu, transfere-se agora para uma medida que o próprio ministro pretende patrocinar, levando o Supremo Tribunal Federal (STF) a julgar amanhã a mudança da jurisprudência que permite a prisão em segunda instância.

A consequência de uma eventual decisão nesse sentido, quatro dias depois da prisão do ex-presidente, será a descrença na Justiça, em consequência da insegurança jurídica que uma mudança de posição acarretará menos de seis dias depois de ter sido negado no Supremo o habeas corpus de Lula, justamente para manter a jurisprudência aprovada em 2016.

Mais ainda, se juntarmos o fim da prisão em segunda instância com o fim do foro privilegiado, que já tem maioria de oito votos no Supremo e foi liberado para votação depois de um pedido de vista do ministro Dias Toffoli, teremos a tempestade perfeita a favor dos condenados e investigados.

Todos os processos dos políticos e outras autoridades com foro especial passariam à primeira instância,

e seguiriam o longo trâmite de recursos sobre recursos até chegarem novamente ao Supremo Tribunal Federal, e provavelmente prescreveriam pelo caminho devido à idade da maioria dos envolvidos, uma geração política que precisa ser renovada, mas tenta manter seu poder intacto devido a esse grande acordo suprapartidário que ficou imprescindível para eles depois que o ex-presidente Lula foi para a prisão, anunciando que a lei é realmente para todos.

O ministro Marco Aurélio Mello, vencedor em 2009, quando o STF decidiu que a prisão só pode ser feita depois do trânsito em julgado do processo, e vencido em 2016, quando o Supremo retornou à jurisprudência anterior que permite a prisão em segunda instância, pretende apresentar uma liminar à mesa pedindo para que se coloque em votação uma ação que determina a suspensão de todas as prisões até que as Ações Declaratórias de Constitucionalidade (ADCs), que tentam fazer valer o trânsito em julgado como marco para a prisão de um condenado, sejam apreciadas pelo plenário do Supremo.

Se for aprovada a liminar, estarão soltos não apenas Lula, como José Dirceu, Sérgio Cabral, Eduardo Cunha e Eduardo Azeredo, e envolvidos em outras operações como a Zelotes, que investiga fraudes fiscais e previdenciárias na Receita Federal, ou ainda traficantes, estupra-

dores e outros tipos de criminosos. A medida é tão inconsequente que é difícil imaginar que a maioria do plenário a aprove, apesar de as negociações nos bastidores estarem acontecendo freneticamente em Brasília.

A ministra Rosa Weber, em seu voto sobre o HC de Lula, firmou uma posição que deveria ser seguida pela maioria: "(...) a meu juízo, a imprevisibilidade por si só qualifica-se como elemento capaz de degenerar o direito em arbítrio. Por isso, aqui já afirmei, mais de uma vez, que compreendido o tribunal, no caso o Supremo Tribunal Federal, como instituição, a simples mudança de composição não constitui fator suficiente para legitimar a alteração da jurisprudência. Como tampouco, o são, acresço, razões de natureza pragmática ou conjuntural".

E citou o jurista americano Frederick Schauer: "espera-se que um tribunal resolva as questões da mesma maneira que ele decidiu no passado, ainda que os membros do tribunal tenham sido alterados ou se os membros dos tribunais tenham mudado de opinião". Ela argumentou em defesa da colegialidade que: "(...) vozes individuais vão cedendo em favor de uma voz institucional objetiva, desvinculada, das diversas interpretações jurídicas colocadas na mesa para deliberação. Essa compreensão tem sido endossada por expressivos doutrinadores bra-

sileiros, dedicados ao estudo do processo constitucional".

No voto do ministro Luís Roberto Barroso, ele justificou a "mutação constitucional" ocorrida em 2016, que mudou a decisão do STF em 2009 a favor do trânsito em julgado, pelos "impactos negativos produzidos pelo entendimento anterior". E citou como exemplos: a) Poderoso incentivo à infundável interposição de recursos protelatórios; b) Reforço à seletividade do sistema penal, tornando muito mais fácil prender menino com 100 gramas de maconha do que agente público ou privado que desvie 100 milhões; c) Descrédito do sistema de Justiça penal junto à sociedade, pela demora na punição e pelas frequentes prescrições, gerando enorme sensação de impunidade.

Essas condições não estariam presentes hoje. Ao mesmo tempo, os deputados se movimentam para fazer um Projeto de Emenda Constitucional (PEC) que defina a questão, reforçando o entendimento de que o cumprimento da pena só pode acontecer após o trânsito em julgado da condenação. Se o STF não resolver a questão, os deputados prometem fazê-lo. Mas vão aguardar o fim da intervenção na Segurança do Rio, pois nesse período não pode haver mudança na Constituição, ou, mais importante para eles, o fim da eleição. Seria um suicídio apresentar-se ao eleitor tendo aprovado uma legislação que favorece a impunidade dos poderosos.

POR DOIS DIAS

Cármem Lúcia vai assumir a Presidência da República

A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármem Lúcia, assumirá interinamente por dois dias o cargo de presidente da República na próxima sexta-feira, devido a uma viagem do presidente Michel Temer (PMDB), que vai participar da Cúpula das Américas. De acordo com a ordem sucessória, na ausência de um vice-presidente, quem deveria assumir seria o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), ou o presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), respectivamente. No entanto, tanto Maia quanto Eunício irão se candidatar



NELSON JR./STF

Cármem Lúcia preside o Supremo Tribunal Federal

nas eleições de outubro, fato que os impede, pela legislação eleitoral, de assumir um cargo do Executivo seis meses antes do pleito. Além disso, ambos estarão em viagem inter-

nacional a partir de quinta-feira. O último presidente do Supremo a ocupar o cargo de presidente da República foi o ministro Ricardo Lewandowski, 2014. (Agência O Globo)

REVISÃO DO INSS

PENTE-FINO CORTA AUXÍLIO ATÉ DE PESSOA COM CÂNCER

Oito a cada dez que passaram por perícia perderam benefício

GERALDO CAMPOS JR
gcjunior@redgazeta.com.br

Quando foi diagnosticada com câncer, uma das doenças mais delicadas e letais, uma empregada doméstica de Vitória precisou se afastar do trabalho para fazer o tratamento de quimioterapia. Na época, ela conseguiu um auxílio-doença do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), só que, agora, que o órgão está fazendo uma revisão nesses benefícios, ela teve seu pagamento cancelado mesmo ainda estando em período de tratamento.

“Essa senhora foi convocada para passar pela nova perícia, foi até lá e, mesmo estando em tratamento ainda, eles alegaram que ela estava apta a trabalhar e cancelaram o benefício. Falaram que ela tinha capacidade laborativa, mas ela ainda não tem força física para desempenhar as atividades da profissão, que é dura”, conta o advogado Rafael Vasconcelos, do Sindicato Nacional dos Aposentados, que atende a trabalhadora.

Casos assim estão se tornando comuns, segundo advogados, com o pente-fino

do INSS, que há um ano tem convocado beneficiários de auxílio-doença, auxílio-acidente e aposentadoria por invalidez para passarem por nova perícia médica. Só na primeira fase de revisões, oito em cada 10 capixabas tiveram seus pagamentos cancelados.

REVISÕES

Segundo os dados mais atualizados do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), que contemplam as revisões feitas até janeiro, foram realizadas 1.254 perícias com 996 benefícios cancelados no Espírito Santo. A ausência de convocados levou ao cancelamento de outros 292 benefícios.



CONDIÇÃO



“São pessoas que estão há anos inativas pela doença e sem nenhuma condição de trabalhar”

RAFAEL VASCONCELOS
ADVOGADO

Além disso, 195 benefícios foram convertidos em aposentadoria por invalidez, sete em auxílio-acidente, seis em aposentadoria por invalidez com acréscimo de 25% no valor do benefício e 50 pessoas foram encaminhadas para reabilitação profissional.

Segundo o MDS, outros 3.230 capixabas estão ou ainda serão convocados para a nova fase do pente-fino ao longo de 2018. Somente com os primeiros cortes no Estado, a economia anual estimada para o INSS é de R\$ 76,4 milhões.

Outros casos que chamam a atenção no Estado

são de beneficiários que foram pegos no pente-fino mas possuem problemas graves e permanentes do coração, ou mesmo problemas psiquiátricos, segundo advogados. “São na maioria das ocasiões pessoas que estão há anos fora do mercado, que não estão em condições de trabalhar, mas que estão sendo empurradas para isso”, afirma Vasconcelos.

ORIENTAÇÃO

Apesar dos números mostrarem que a maioria

dos trabalhadores que passa por perícia tem o benefício cancelado, a recomendação de especialistas é que o convocado não falte e se munície de novos exames. De acordo com o advogado previdenciário Geraldo Benício, é preciso estar com toda a documentação atualizada.

“Faltar leva ao cancelamento. Então, a orientação que tenho dado para os vários clientes que me procuram com medo após serem convocados, é atualizar os laudos e fazer novos exames especializados que comprovem que a pessoa não está em condições para trabalhar. Afinal, é através desses documentos que o INSS terá o embasamento para suspender ou não e, mesmo se for suspenso, é uma prova para quem vai recorrer da decisão”, aconselha.

Para o advogado previdenciário João Eugênio Modenesi Filho, esses casos têm crescido e devem começar a aparecer ainda mais. “Quem teve o benefício cortado, agora está recorrendo internamente junto ao INSS. Depois é que a pessoa procura Justiça. Então, o movimento maior de casos assim ainda está por vir”, avalia.

PENTE-FINO DO INSS NO ESPÍRITO SANTO E NO BRASIL

Dados de janeiro de 2017 até janeiro de 2018



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social



Infografias | Marcelo Franco

Advogados criticam cortes a qualquer custo

Foco deveria ser no combate a fraudes previdenciárias, afirmam especialistas

de **GERALDO CAMPOS JR**
gcjunior@redegazeta.com.br

O pente-fino de benefícios do INSS tem chamado a atenção de especialistas do setor em função dos números expressivos de cancelamentos. Eles apontam para uma tentativa de economizar a qualquer custo e o risco de perda de direitos sob o pretexto de enxugamento de despesas.

Somente com a primeira leva de revisões já realizada no país, a estimativa do go-

verno é de uma economia anual de R\$ 5,8 bilhões.

De acordo com o advogado Rafael Vasconcelos, do Sindicato Nacional dos Aposentados, a revisão seria fruto do insucesso dos planos

REAÇÃO

“Está todo mundo assustado com medo de perder o benefício se for convocado. Mas se chamar tem que fazer”

GERALDO BENÍCIO
ADVOGADO

econômicos do governo. “Com o fracasso da reforma da Previdência, deve crescer ainda mais esses cortes desenfreados. É um número que, de tão alto, nos faz refletir sobre o objetivo real desse projeto”, pontuou.

O também advogado previdenciário Geraldo Benício comentou que o volume de cortes está causando pânico. “Está todo mundo assustado com medo de perder o benefício se for convocado. Mas não tem outra saída, se chamar tem que fazer.”

Benício ponderou ainda que o foco das revisões deveria ser no combate às fraudes. “A gente sabe que



Quem tiver o benefício cortado após passar pela perícia pode entrar com recurso

existe uma gama de beneficiários que recupera a capacidade de trabalho mas continua recebendo por muito tempo. Então, as revisões se justificam por esse lado, afinal são benefícios temporários”, ressaltou.

JUSTIFICATIVA

A reportagem procurou a gerência do INSS em Vitória para comentar os cortes, mas foi orientada pela assessoria a dirigir os questionamentos ao Ministério

do Desenvolvimento Social (MDS), que coordena as revisões do pente-fino.

O MDS, por sua vez, reafirmou que há corte de gastos a qualquer custo. “O objetivo da revisão dos benefícios é direcionar os recursos da Previdência para quem realmente precisa, pois estão sendo cessados apenas os benefícios dos segurados que já recuperaram a capacidade laboral”, informou.

O ministério explicou ainda que estão sendo cha-

mados para a perícia segurados com benefício sem revisão há mais de dois anos.

“Caso o perito avalie que o segurado já está capacitado para o trabalho, o benefício será cessado. Caso o segurado mantenha a incapacidade para o trabalho, o benefício será mantido ou convertido”, disse em nota, ressaltando que o beneficiário que não concordar com o resultado da perícia pode entrar com recurso ou solicitar um novo benefício.

FERNANDO MADEIRA/ARQUIVO



ÔNIBUS passa pela Linha Verde: sistema prioriza o transporte coletivo

Faixa só para ônibus de volta amanhã

Amanhã, a partir das 6 horas, a faixa só para ônibus na avenida Dante Michelini, em Jardim Camburi, vai voltar a funcionar. Mas a Linha Verde retorna com novas regras.

Agora, além dos ônibus, vans, táxis e veículos de passeio com três ou mais passageiros (carona solidária), além de carros de transporte público para pessoas com deficiência, também vão poder usar a faixa exclusiva.

Os demais veículos só poderão acessar a via para fazer a conversão à direita para os bolsões de estacionamento da orla de Camburi.

A decisão foi tomada pela Prefeitura de Vitória após a chamada Linha Verde receber diversas críticas desde que foi inaugurada, no dia 12 de março.

O retorno do sistema que prioriza o transporte coletivo já estava liberado pela Justiça desde o final de março, quando a prefeitura conseguiu derrubar a liminar que havia

suspendido o corredor exclusivo.

A Linha Verde vai funcionar das 6 às 20 horas, de segunda a sexta. Aos sábados, os ônibus e os veículos com mais de três pessoas poderão utilizá-la com exclusividade das 6 às 14 horas.

De acordo com o secretário de Transportes, Trânsito e Infraestrutura Urbana de Vitória, Tyago Hoffman, a nova regra vai ajudar no incentivo do transporte coletivo na capital.

"A ideia é prezar pelo coletivo e conscientizar a população para essa necessidade. Vamos trabalhar a orientação, tirar dúvidas, esclarecer, enfim, mostrar que o ganho coletivo é sempre maior que o individual".

A fiscalização da Linha Verde será feita por 16 câmeras de monitoramento. Porém, ainda não haverá multas. O secretário explicou que serão, pelo menos, 30 dias de testes, mas que ainda não há uma data para começar a multar.

SAIBA MAIS

Novas regras

- > A FAIXA EXCLUSIVA para ônibus na avenida Dante Michelini, em Vitória, volta a funcionar amanhã, com uma nova regra.
- > A PARTIR da volta do sistema, qualquer veículo com, no mínimo, três pessoas, estará liberado a trafegar pela Linha Verde. Isso vale para passageiros de qualquer idade, inclusive bebês.
- > A VIA TEM 3,8 KM de extensão e fica na pista da direita da Dante Mi-

chelini (do pier de lemanjá ao cruzamento com a avenida Norte-Sul).

Multa

- > QUEM FOR FLAGRADO transitando na via sem estar dentro das regras será multado em R\$ 88,38 e ganhará 3 pontos na CNH.
- > MAS AINDA NÃO HÁ UMA DATA definida para começar a multar. Durante, pelo menos, 30 dias será feito um trabalho de adaptação.

OPINIÃO DA GAZETA

Processo sobre restrições ao foro privilegiado volta à pauta do STF. Antes da irrupção do julgamento, oito ministros votaram por limitação

PRIVILÉGIO QUESTIONADO

A força da lei, manifestada sob intensa repercussão política na prisão do ex-presidente Lula, reacendeu o antigo debate sobre a existência do foro privilegiado para autoridades.

Trata-se de proteção necessária ou fonte de impunidade? Teoricamente, visa a impedir ações indevidas, inclusive perseguição, contra ocupantes de cargos públicos, e também evitar que autoridades usem o poder para intimidar juízes e procuradores primeira instância. No entanto, pesquisa Datafolha mostra que 70% dos brasileiros defendem a extinção desse mecanismo, para facilitar combate a impunidade.

O foro garante que presidente e vice-presidente da República, parlamentares, ministros, juízes, membros do Ministério Público, entre outros, sejam julgados, em caso de crimes comuns (nos quais se incluem corrupção e lavagem de dinheiro), em instâncias superiores como o STF, o STJ. Um estudo do Senado contabiliza 55 mil pessoas com foro especial no país.

Como Lula é ex-presidente e não tem esse foro, ele foi condenado em primeira instância pelo juiz Sérgio

Moro, da 13ª Vara Federal do Paraná, e em segunda instância pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4). Já o presidente Temer e Aécio Neves, acusados de corrupção, só poderão ser julgados pelo STF.

O Supremo está sobrecarregado: chega a receber cerca de 100 mil casos em um ano, o que pode causar morosidade em processos, transmitindo a sensação de impunidade. Para efeito de comparação, a Suprema Corte dos EUA, análoga ao STF, se dedica a apenas 100 casos anuais.

O ministro do STF, Dias Toffoli, liberou para a pauta o processo do qual havia pedido vistas em novembro, sobre restrição ao foro privilegiado. Oito ministros já votaram a favor de reduzir o alcance desse instrumento. Mas, há divergência sobre a situação das ações em tramitação.

55

mil pessoas

Têm direito a foro privilegiado na Justiça brasileira. O alcance desse instrumento pode ser reduzido pelo STF.

TROCA MINISTERIAL

Temer confirma Moreira Franco para Minas e Energia

Entre as motivações para a troca está a garantia de manter o foro privilegiado

BRASÍLIA

« O presidente Michel Temer (PMDB) confirmou ontem a decisão de transferir o ministro Moreira Franco da Secretaria-Geral da Presidência da República para o comando do Ministério de Minas e Energia.

A pasta ficou vaga com a saída de Fernando Coelho Filho para disputar a eleição de deputado federal em Pernambuco pelo DEM. Moreira é um dos principais interlocutores de Temer, ao lado do ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha. Moreira controla hoje o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), área que cuida das



MARCELLO CASAL JR/AGÊNCIA BRASIL

Moreira deixará a Secretaria-Geral da Presidência

privatizações e concessões do governo Temer. Na nova função, vai conduzir a desestatização da Eletrobras.

Havia ainda a possibilidade de o ministro perder o foro privilegiado se ficasse onde estava. A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, enviou um pa-

recer ao STF, em dezembro, no qual afirmou ser inconstitucional a lei que permitiu a nomeação de Moreira. O ministro é investigado por citações na delação da Odebrecht e, caso perdesse o foro, poderia ter seu inquérito enviado ao juiz Sérgio Moro. (Agência O Globo)

REFORMA TRABALHISTA

EMPRESAS PROCESSADAS SINDICATOS VÃO À JUSTIÇA PARA RECEBER IMPOSTO

Entidades querem garantir cobrança no salário do trabalhador

de MIKAELLA CAMPOS
mikaella.campos@redgazeta.com.br

Sem aceitar o fim da contribuição sindical obrigatória, representantes dos trabalhadores declararam guerra contra as empresas. Vários sindicatos do Estado têm exigido das corporações o recolhimento do antigo imposto de todos os empregados, inclusive daqueles que não autorizaram os patrões a descontarem um dia de salário no contracheque.

Para garantir os recursos, algumas entidades começam a entrar na Justiça contra os empregadores que se recusam a taxar os funcionários. Os sindicatos dos Comerciantes e dos Trabalhadores da Construção Civil estão entre os grupos que decidiram impor às companhias a retenção.

O impasse sobre o assunto tem relação com a reforma trabalhista, que tornou o imposto sindical facultativo. As empresas só podem descontar 3,3% do salário de março com prévia autorização do empregado, conforme a nova lei, que entrou em vigor em novembro do ano passado.

As organizações, no entanto, alegam que não é bem assim. Elas consideram

a mudança no modelo de cobrança ilegal, pois, por ter natureza tributária, a contribuição não poderia ser modificada por lei ordinária, mas sim por projeto de emenda complementar à Constituição. O tema, aliás, é pauta de tribunais pelo país e também está em análise no Supremo Tribunal Federal (STF).

Até uma decisão definitiva sobre o tema, os sindicatos lutam pela continuidade da taxação assim como ocorria no passado, de forma compulsória.

Segundo o ex-presidente e atual diretor administrativo do Sindicato dos Comerciantes, Jackson Andrade, duas ações já foram ajuizadas em São Mateus.

"Já temos liminar contra uma loja de autopeças. E aguardamos uma definição do processo contra uma loja de vestuário. Essas empresas se anteciparam e disseram que não vão fazer o recolhimento. Então, entramos na Justiça", explica Andrade

dem que o imposto sindical tinha uma natureza parafiscal e que, devido a essa característica, não poderia ser mudado por lei ordinária. "Qualquer mudança no Código Tributário Nacional exigiria uma lei complementar. Já existem cinco ações de inconstitucionalidade. Não sabemos quando o Supremo Tribunal Federal vai julgar a situação. Vamos viver uma fase de transição de muita insegurança jurídica", explica.

Para o magistrado, a contribuição sindical foi tratada de maneira atropelada pela reforma. "Antes de qualquer

passo não existiria se houvesse uma regra de transição para que as entidades pudessem se adequar à nova realidade. "Os sindicatos têm o compromisso de representar todos os trabalhadores. Eles ficaram numa situação complicada. Mesmo que a contribuição sindical seja algo antipático, era importante para cobrir os custos do trabalho sindical."

ENTENDA

COMO ERA

Antes da reforma entrar em vigor, a contribuição sindical era obrigatória. Todo o mês de março, um dia do salário do trabalhador era destinado para financiar as atividades sindicais. O recurso era recolhido pela Caixa. Sessenta por cento do dinheiro ia para os sindicatos, 10% para o

Ministério do Trabalho e o restante para federações e confederações sindicais.

COMO É AGORA

Pela nova lei, o trabalhador deve autorizar o desconto do imposto sindical de seu contracheque. As empresas precisam ter a autorização por escrito e assinada pelo empregado. Em alguns Estados, sindicatos aprovaram nas convenções coletivas a cobrança

compulsória de todos os empregados. No Espírito Santo, isso ainda não ocorreu.

ao acrescentar que o sindicato espera que o restante dos comerciantes acatem o pedido. "Eles têm até o dia 30 de abril para pagar à Caixa. O repasse do banco para o sindicato deve ocorrer até o dia 10 de maio. Somente depois desse prazo vamos ingressar com outros processos", explica.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil (Sintraconst), Paulo César Borba Peres, revela que a entidade agiu para sindicalizar a maior parte da categoria. "Também pegamos as autorizações para realizar o desconto da contribuição sindical", diz. Apesar disso, o Sintraconst também tem exigido o recolhimento da contribuição de todos os trabalhadores. "Os patrões não querem o pagamento da contribuição

sindical com a intenção de enfraquecer a categoria e impedir a luta por melhores salários", afirma.

De acordo com o advogado trabalhista José Erciso Fiorot Júnior, não há consenso sobre o assunto no Judiciário. "Existem ações pelo país. Algumas liminares foram derrubadas no Tribunal Superior do Trabalho. Para mim, o que está valendo enquanto não há uma definição é a reforma trabalhista". Ele critica a maneira de atuação dos sindicatos: "Deveriam pegar as autorizações e convencer a categoria sobre a importância sindical. Mas não conseguem mais representatividade entre os trabalhadores".

O advogado especializado em Direito do Trabalho Felipe Loureiro diz que tem orientado as empresas a cumprirem a reforma trabalhista: "Enquanto não houver mudança no quadro só podem descontar de quem autorizar".

Esse entendimento é também da Federação do Comércio. "A lei aprovada é que deve prevalecer. Não faremos nada sem que o empregado autorize", afirma o presidente da organização, José Lino Sepulcri.



ARQUIVO

“Reforma sindical deveria vir antes de nova lei”

A cobrança facultativa da contribuição sindical era uma exigência antiga de muitos trabalhadores. No entanto, ao ser incluída na reforma trabalhista, o tema virou polêmica por conta das funções que esses recursos desempenhavam. Além de financiar os sindi-

catos, parte desse dinheiro, 10%, era direcionada ao Ministério do Trabalho para compor o Fundo de Amparo ao Trabalhador.

O juiz, Luis Eduardo Soares Fontenelle, vice-presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho, explica que muitos enten-

dem que o imposto sindical tinha uma natureza parafiscal e que, devido a essa característica, não poderia ser mudado por lei ordinária. "Qualquer mudança no Código Tributário Nacional exigiria uma lei complementar. Já existem cinco ações de inconstitucionalidade. Não sabemos quando o Supremo Tribunal Federal vai julgar a situação. Vamos viver uma fase de transição de muita insegurança jurídica", explica.

Para o magistrado, a contribuição sindical foi tratada de maneira atropelada pela reforma. "Antes de qualquer

passo não existiria se houvesse uma regra de transição para que as entidades pudessem se adequar à nova realidade. "Os sindicatos têm o compromisso de representar todos os trabalhadores. Eles ficaram numa situação complicada. Mesmo que a contribuição sindical seja algo antipático, era importante para cobrir os custos do trabalho sindical."

passo não existiria se houvesse uma regra de transição para que as entidades pudessem se adequar à nova realidade. "Os sindicatos têm o compromisso de representar todos os trabalhadores. Eles ficaram numa situação complicada. Mesmo que a contribuição sindical seja algo antipático, era importante para cobrir os custos do trabalho sindical."

passo não existiria se houvesse uma regra de transição para que as entidades pudessem se adequar à nova realidade. "Os sindicatos têm o compromisso de representar todos os trabalhadores. Eles ficaram numa situação complicada. Mesmo que a contribuição sindical seja algo antipático, era importante para cobrir os custos do trabalho sindical."

JUSTIÇA QUE TARDA

FERNANDO MADEIRA



“

Foi um período que não tenho como esquecer. Marcavam audiência e, no dia, ninguém aparecia. Não tinha acusação e, mesmo assim, eu não era solto. Essa sensação era horrível”

AUTÔNOMO, 27 ANOS

DOIS ANOS NA CADEIA POR CRIME QUE NÃO COMETEU

Jovem ficou detido provisoriamente, como estão 8,3 mil no ES

ALINE NUNES
anunes@redgazeta.com.br

A balança que representa a Justiça nem sempre se mostra equilibrada. Ao contrário, costuma pender a favor daqueles que têm condições de recorrer a instâncias superiores, adiando decisões, como demonstrado no julgamento desta semana do habeas corpus do ex-presidente Lula, ou naquele que resultou no arquivamento do inquérito contra o senador Romero Jucá, que prescreveu após 14 anos de tramitação no Supremo Tribunal Federal (STF).

Do outro lado, estão cidadãos comuns como um autônomo de 27 anos, morador de Vitória, que ficou dois anos, quatro meses e 22 dias na prisão, sem julgamento, para depois ser absolvido. O próprio Ministério Público pediu sua absolvição por falta de provas.

Em um sistema de Justiça que se mostra falho, as

cadeias do Espírito Santo estão repletas de pessoas que aguardam julgamento. Por lei, qualquer acusado de crime deve ser julgado em até 90 dias, mas há quem fique atrás das grades por mais de cinco anos sem direito ao devido processo legal. Muitos, quando chegam perante um juiz, acabam absolvidos como foi o caso do autônomo ou, mesmo se condenados, recebem pena inferior ao tempo que já estão detidos.

Em uma pesquisa feita pelo Núcleo de Presos Provisórios da Defensoria Pública do Espírito Santo, havia em março pelo menos 280 pessoas detidas há mais de três anos, outras 80 há mais de quatro anos e, 20, há mais de cinco. Todas sem julgamento. Os dados foram coletados junto ao Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen).

“O tempo de prisão revela um pouco da cultura en-

carceradora do país, que é muito forte e permite que as pessoas presas fiquem um tempo excessivo aguardando julgamento”, avalia a defensora Ana Leticia Attademo Stern, membro do Núcleo, acrescentando que o Espírito Santo é o oitavo no ranking nacional de presos sem condenação.

A defensora aponta que 38,8% da população carce-

rária do Estado – 8.316 presos de um total de 21.424 – é provisória e, neste grupo, os crimes mais frequentes são homicídio, tráfico de drogas, roubo e furto. Nas unidades masculinas, a maior média de tempo de prisão sem julgamento é nos casos de homicídio, chegando a 563 dias, ou seja, muito superior a um ano e bem longe dos 90 dias previstos na le-

gislação.

Para o autônomo, foram longos 872 dias. Ainda assim, mostrou-se mais resignado do que indignado por tanto tempo na prisão para, depois, ser absolvido.

O jovem, negro e de periferia, foi acusado de matar um rapaz na região de São Pedro, Vitória, no ano de 2014. Quando uma suposta testemunha o acusou, a polícia foi até sua casa e ele se apresentou na delegacia para prestar depoimento. “Não devia nada, não tinha porque ter medo”. Mesmo afirmando ser inocente, o jovem foi preso.

ESPERA

Levado para o Centro de Detenção de Xuri, em Vila Velha, ele via sua esperança de retomar a liberdade diminuir a cada vez que era convocado para ir ao fórum e, por lá, nenhuma testemunha de acusação aparecia para prestar depoimento.

“Foi um período que não tenho como esquecer. Marcavam audiência e, no dia, ninguém aparecia. Não tinha acusação e, mesmo assim, eu não era solto. Essa sensação era horrível”, lembra. Somente no início de 2017, o jovem foi pronunciado pela Justiça para ser levado a júri popular. A audiência foi marcada para novembro. Nela veio a absolvição.

Durante os quase dois anos e cinco meses em que esteve preso, o autônomo ouviu outros relatos de detentos que estavam há tempos na cadeia, mas sem qualquer julgamento. “E, quando tinha ‘esculacho’, não importava se a pessoa era ou não inocente. Todo mundo levava. Certa vez, xingaram um agente e disseram que tinha sido eu. Não tinha como saber quem havia xingado, mas me escolheram. Fiquei um mês no isolamento, perdi a visita, banho de sol”, recorda.

FERNANDO MADEIRA



“O tempo de prisão revela um pouco da cultura encarceradora do país. Fica-se muito tempo aguardando julgamento”

ANA LETICIA STERN
DEFENSORA PÚBLICA

OUTROS CASOS

ACUSAÇÃO RETIRADA

Pena maior que sentença de juiz

Em São Domingos do Norte, um jovem foi preso, em maio de 2015, sob acusação de tentativa de homicídio, tráfico de drogas e corrupção de menores. Em novembro de 2017 passou a ser atendido pela Defensoria Pública. Pouco antes, a Justiça havia desconsiderado a acusação de tentativa de assassinato, mas não apreciou as outras duas denúncias. Com a atuação da defensoria, o jovem foi finalmente julgado. Resultado: absolvido da acusação de corrupção de menores e condenado por tráfico (ele havia sido detido com 5 buchas de maconha) a uma pena em regime aberto. Ou seja, ele passou quase três anos em regime fechado sem que o crime praticado justificasse tal penalidade.

LIBERDADE NEGADA

Bom comportamento

Preso desde outubro de 2013 no CDP de Aracruz, um lavrador recebeu a primeira assistência só em maio de 2016, quando passou a ser acompanhado pela Defensoria Pública. Na ocasião, foi solicitado um habeas corpus para que respondesse à acusação de homicídio em liberdade, mas o pedido foi negado. Antes de ser preso, ele trabalhava e, dentro da unidade, manteve-se em atividade e com bom comportamento. Em agosto daquele ano, foi marcada uma audiência, mas não chegou a ser ouvido. Somente no mês seguinte foi solto e, até hoje, o julgamento não foi marcado.

QUASE CINCO ANOS

Falta de testemunha

Na Grande Vitória, um ajudante de pedreiro, réu primário, passou a ser atendido pela Defensoria em junho de 2017. Ele estava preso desde dezembro de 2012 acusado de homicídio. Nesse período, foram marcadas audiências, mas com a ausência de testemunhas, nem a primeira fase havia sido concluída. Não recebia visitas porque a família era do interior. Em outubro, conseguiu a liberdade porque o tempo de prisão preventiva foi considerado desproporcional, já que ainda não havia sido julgado.

Fonte: Ana Letícia Stern

Falta de defensores torna a espera por julgamento maior

Dos 78 municípios capixabas, só 26 têm profissionais para quem não pode pagar

« No Espírito Santo, um dos fatores que favorecem à manutenção de pessoas presas sem julgamento é o baixo número de defensores públicos. Atualmente, dos 78 municípios, apenas 26 comarcas têm profissionais para fazer o atendimento a quem não pode pagar por um advogado.

Essa condição também

contribui para a superlotação dos presídios no Estado. "Muitos estão lá por falta de defesa. Um agravante é que a defensoria vem tendo seu quadro reduzido ano após ano", aponta Pedro Coelho, presidente da Associação dos Defensores Públicos do Espírito Santo (Adepes).

Há cinco anos eram 215 defensores no Estado e, hoje, são 167. Muitos se desligaram em razão da remuneração que, segundo ele, é a pior do país. "No início de carreira, a média nacional é

o dobro do que se paga aqui". Ele acrescenta que o orçamento da Defensoria foi cortado de 2016 para 2017 e é cerca de sete vezes menor que o do Ministério Público, embora a legislação indique que as carreiras de defensor e promotor são simétricas.

Mesmo nas comarcas onde há defensor, não é possível atuar de forma plena. Das quatro defensorias da família em Vitória, por exemplo, três estão vagas. "Na área criminal, a situação é mais grave ainda", diz.

O número de defensores é menor, o orçamento mais baixo, porém a demanda é crescente. De 190 mil atendimentos em 2015, passou a 500 mil no ano passado. "E a solução tem que ser dada às pessoas. Então, perde-se em qualidade, a demora é maior e o caso dos presos provisórios é muito claro. Há uma demora na prestação de serviço da Justiça e, com a falta de defensores para analisar o processo, ver erro, se é mesmo caso de prisão, vai gerando essa situação de in-

constitucionalidade e injustiça social", conclui.

Questionado, o governo do Estado respondeu por nota que "o orçamento da Defensoria é definido a partir de critérios previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), de forma compatível com a capacidade financeira do Estado. Os mesmos critérios são aplicados de forma isonômica para todos os poderes. Em 2018, o orçamento para a Defensoria é 4,48% maior do que o de 2017."

CHICO GUEDES/ARQUIVO



Preso segura grade da cadeia: muitos detentos permanecem em situação provisória por falta de quem os defenda das acusações

CNJ quer reduzir número de presos provisórios

« O excessivo número de presos provisórios em penitenciárias levou o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a cobrar dos tribunais de cada Estado ações para reverter esse cenário. O trabalho, iniciado no ano passado, ainda está em andamento. A meta é acelerar o julgamento dessas pessoas.

No Espírito Santo, em janeiro de 2017 havia 6.448 processos de presos provisórios e, a partir das metas definidas pelo CNJ, em abril 2.239 haviam sido sentenciados. Destes, 403 foram absolvidos. Dos mesmos 6.448 processos, 1.486 foram reanalisados. Nesse

trabalho, 611 tiveram as prisões revogadas.

Com base nesse diagnóstico, a ministra Cármen Lúcia, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do CNJ, lançou um projeto para recenseamento permanente dos presos, permitindo o acompanhamento online da movimentação da população prisional. A previsão é que o projeto seja concluído até o fim de maio.

O Tribunal de Justiça do Estado foi procurado para comentar sobre a atuação do Judiciário na tramitação desses processos, porém não se posicionou sobre o assunto.

ANÁLISE

"Pessoas estão nos presídios largadas"

« Presos provisórios são pessoas que, tecnicamente, são inocentes, mas ficam em regime fechado muitas vezes por meses, anos a fio sem o devido julgamento. E quem são eles? Pobres, moradores da periferia, que não têm condições de pagar por um advogado ou, quando conseguem, o serviço é ruim. O processo de defesa é prejudicado. Na prática, não há alguém levantando provas, documentos, álbis. Essas pessoas estão nos presídios largadas. O Estado é efetivo na prisão, mas ab-

solutamente ineficiente na assistência. Mas o senso comum é que a resposta à violência passa pela prisão. O preso é um cidadão de segunda classe que pode ser torturado, pois, se é preso, fez algo e o azar é dele. Isso acaba sendo absorvido pelas instituições e contra essas pessoas tudo bem violar os direitos. A explicação para isso é que não é qualquer pessoa que vai presa no Brasil. Repito: são os pobres, os negros, os mais vulneráveis. Então, não há problema em segregar



essas pessoas e violar seus direitos diariamente. O pior é que essa política de encarceramento é ineficiente. Ao mesmo tempo que prende, o Brasil é recordista em homicídios. Então, prender demais não transforma a sociedade.

— RAFAEL CUSTÓDIO
COORDENADOR DO PROGRAMA DE VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL DA ONG CONECTAS

OPINIÃO DA GAZETA

➤ Presos provisórios, encarcerados durante anos, estão à margem do acesso a uma defesa com condições de ser atuante

PRESUNÇÃO DO DINHEIRO

Enquanto a sociedade ainda debate se a prisão em segunda instância fere ou não a presunção de inocência, nos andares mais baixos da Justiça brasileira é quase certo que o princípio jurídico, tão alardeado nos últimos tempos por causa da condição do ex-presidente Lula, é praticamente uma ficção. Presos provisórios que não possuem recursos para custear a própria defesa ficam encarcerados por anos, à espera de julgamento. Nesse caso, sim, torna-se uma condenação prévia. Uma situação que viola de fato direitos fundamentais.

A legislação é uma utopia, já que dá 90 dias para que todo e qualquer acusado seja julgado. Não é o que acontece, nem de longe. A repórter Aline Nunes, nas páginas 22 e 23 desta edição, recorreu a uma pesquisa feita pelo Núcleo de Presos Provisórios da Defensoria Pública do Espírito Santo para mostrar que, em março, estavam atrás das grades e sem julgamento no Estado pelo menos 280 pessoas detidas há mais de três anos, 80 há mais de quatro anos e 20 há mais de cinco. Que presunção de inocência é garantida a todos esses cidadãos? Num Estado em que cerca de 40% da população carcerária, que chega a 8 mil presos, é provisória, não é exagero dizer que eles já foram condenados por não estarem entre certos privilegiados.

É urgente que os olhos se abram para essa calamidade. Não são pessoas que foram condenadas e tentam recorrer da sentença. São presos que nunca tiveram a chance de estar na frente de um juiz, portanto, ainda considerados inocentes perante a lei. Estão à margem do acesso a uma defesa com condições de ser atuante. Resultado: presídios superlotados com quem talvez nem devesse estar lá.

Situação lastimável, que não se compara às contestações de quem está em guerra contra a prisão em segunda instância. No caso, um reducto de abastados, que se beneficiam dos recursos infindáveis, sempre amparados por advogados muito bem remunerados, para permanecerem impunes. No Brasil, vale a presunção do dinheiro.

CANDIDATURA

Barbosa é confirmado no PSB

O ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) Joaquim Barbosa se filiou ao PSB na noite da última sexta, 6. Em nota divulgada na manhã de ontem, o presidente do partido, Carlos Siqueira, afirmou que Barbosa “vem reforçar e qualificar os quadros do partido”. “É uma satisfação contar com o ministro no PSB neste momento tão desafiador do nosso país”, afirmou. Barbosa é pré-candidato do partido à Presidência da República nas eleições deste ano. O ex-ministro do STF foi o relator do processo do chamado mensalão do PT, que condenou à prisão líderes petistas. (Agência Estado)

egasp@globo.com.br

**ELIO
GASPARI**

Falar por meio de elipses é um conhecido recurso da retórica de militares que se metem em política

O supremo Gilmar

Durante a sessão do Supremo Tribunal Federal, o ministro Gilmar disse que os 88 dias anuais de férias Judiciário precisam acabar. Terminou seu voto e foi para o aeroporto a tempo de pegar o voo das cinco para Lisboa.

Gilmar não participou dos debates, que muitas vezes discutiam suas opiniões, porque tinha mais o que fazer, fora do serviço.

APÓS PRISÃO DOMICILIAR

Maluf segue internado em hospital de São Paulo

O deputado afastado, de 86 anos, está com “broncopneumonia em fase de regressão”

⌘ O deputado afastado Paulo Maluf (PP-SP), de 86 anos, permanece internado no hospital Sírio Libanês, em São Paulo. No sábado (7), ele passou por exames que constataram uma “broncopneumonia em fase de regressão”, diz nota do hospital. Segundo as informações divulgadas, ele está também com anemia ferropriva e imunodeprimido, “o que levou ao aparecimento de uma candidíase esofágica”. Os exames clínicos e de imagem “indicaram ainda uma trombose venosa do membro inferior esquerdo e um recrudescimento do câncer de próstata”.



TIAGO QUEIROZ/AGÊNCIA ESTADO

Maluf foi preso em dezembro por lavagem de dinheiro

Na última semana de março, o ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu prisão domiciliar a Maluf devido às suas condições de saúde. Segundo a defesa de Maluf, a informação de internação foi protocolada na Vara de Execuções

Penais da Comarca de São Paulo. A presidente do STF, ministra Cármen Lúcia, incluiu na pauta de julgamento do plenário na próxima quarta-feira o habeas corpus de Maluf. O plenário vai definir se mantém ou revoga sua prisão domiciliar. (Agência Estado)

QUAL A BRONCA?

EDITOR DE OPINIÃO JOEL SOPRANI

ANTÔNIO HONÓRIO

Processo demorado

JORGE LUIZ PINHEIRO DOS SANTOS,
construtor

“Tenho um processo no Juizado Especial Cível e está concluso para decisão desde 19 de janeiro desse ano, mas ainda não teve a decisão proferida pelo juiz. Os juizados vieram para dar celeridade às pequenas causas, no entanto, não é isso que está acontecendo com o meu processo.”

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA informa que, por se tratar de assunto afeto aos Juizados Especiais, após apreciação, o Exm^o. Sr. Des. Ouvidor Judiciário determinou o encaminhamento da manifestação à Coordenadoria dos Juizados Especiais, para ciência e adoção das providências cabíveis.

Justiça condena acusado de matar Thayná a 34 anos

Condenação de Ademir Lucio é pelo estupro de estudante de 11 anos, em Viana. Julgamento pela morte da menina Thayná vai ser no dia 12

Jéssica Cardoso

Acusado de estuprar e matar a estudante Thayná Andressa de Jesus Prado, de 12 anos, Ademir Lucio Ferreira de Araújo, 55, foi condenado ontem, a 34 anos de prisão, em regime fechado, por sequestrar e abusar sexualmente de outra vítima, uma estudante, de 11 anos. O crime aconteceu em outubro de 2017. A decisão é do juiz Carlos Henrique Rios do Amaral Filho.

Segundo os autos, na época, a criança foi vítima de Ademir, no bairro Industrial, em Viana, três dias antes do desaparecimento de Thayná Andressa.

De acordo com o processo, Ademir abordou a criança e ofereceu uma carona em sua moto. Apesar da menina recusar, Ademir passou a acompanhá-la, até que a menina aceitou e subiu na garupa.

O condenado e a vítima chegaram a ser abordados por uma viatura, por ela estar sem capacete. Ademir, então, pegou o seu carro, um Gol prata, para dar seguimento ao sequestro e estupro da vítima.

Nos autos, ele chegou a enganá-la dizendo que passaria num posto de combustível, mas a levou para um local ermo, com vegetação e uma lagoa. Lá, estacionou o veículo e praticou o primeiro estupro. A menina tentou fugir, quando ele a perguntou se ela "já era mulher".

Ele a agarrou pelo pescoço, deu um soco no peito da estudante. Tempo depois, foi com o carro mais próximo do lago e cometeu o segundo estupro. "Após a prática dos dois abusos sexuais, praticados em locais diversos, é que o denunciado libertou a vítima, levando-a para uma rua qualquer e ordenando que ela não dissesse a ninguém e colocando, ainda, em seu bolso a quantia de R\$ 10", diz os autos.

Depois disso, a vítima conseguiu



ADEMIR FERREIRA é apresentado na Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), em Vitória, após prisão

socorro e, imediatamente, registrou ocorrência. Ao descobrir a denúncia, Ademir deixou o bairro e, por telefone, ameaçou família da vítima de morte. A Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA) investigou. Exames e depoimentos comprovaram os crimes.

Com base nisso, o juiz considerou a "conduta do réu extremamente repugnante". "O réu agia com o mesmo modus operandi nas práticas criminosas que lhes foram atribuídas nesta Comarca, levando as vítimas para o mesmo local, uma lagoa, para praticar atos libidinosos, e por vezes, ceifar-lhes a vida", mencionou o juiz, referindo-se ao caso de Thayná.

Ademir foi condenado a quatro anos por sequestrar a estudante, 14 anos por cada estupro (foram dois), e mais dois anos por ameaçar à família da vítima, total de 34 anos.

"Quero a pena máxima", diz mãe de menina assassinada

"Eu quero a pena máxima para ele". Esse é desfecho que a mãe de Thayná Andressa de Jesus Prado, de 12 anos, Clemilda de Jesus espera para Ademir Lucio Ferreira de Araújo. No dia 12 deste mês acontece a primeira audiência do caso de Thayná.

A audiência está agenda para a 13h30 no Fórum de Viana. Para Clemilda, a pena dada a Ademir pelo caso da menina, de 11 anos, é pouca. "Um mostro desse não deveria ter direito nem a audiência. É pouco por tudo o que ele fez com essas meninas. A minha filha, então... Era cheia de sonhos e ele tirou tudo dela", disse a mãe.



CLEMILDA com foto de Thayná

Clemilda diz que espera dessa primeira audiência do caso Thayná a resposta de que Ademir seja levado a júri popular. "Vamos estar todos lá. Quero ele no júri, para que ele pague um alto preço pelo o que fez", ressaltou.

GREVE EM VITÓRIA

Professores vão recorrer contra ilegalidade

Justiça determinou retorno, mas categoria decidiu continuar a paralisação

▸ LARA ROSADO
lrosado@redgazeta.com.br

Mesmo com a decisão judicial declarando o movimento ilegal e determinando o retorno imediato ao trabalho, a greve dos professores da rede municipal de Vitória vai continuar, e a categoria vai recorrer a decisão.

Na quinta-feira, os professores se reuniram para discutir a notificação da Justiça que determina multa de R\$ 4 mil caso a decisão seja descumprida. "Nós fomos

notificados da ilegalidade, mas discutimos em assembleia e entendemos que nosso movimento é procedente e pertinente. Estamos há quatro anos sem nenhuma recomposição salarial", explica Paulo Loureiro, representante do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Espírito Santo (Sindiupes).

Ainda de acordo com Paulo, cerca de 600 professores fazem parte do movimento. Segundo ele, os 3% de reposição da perda em relação à inflação de 2017 apresentados pela Prefeitura de Vitória não são suficientes. A categoria luta por 28,3% que representa a re-



Escola Padre Anchieta está participando do movimento

composição salarial dos últimos quatro anos.

A decisão judicial concluiu que a paralisação é ile-

gal porque o sindicato não aguardou o final das negociações para deflagrar o movimento paredista já que

uma rodada de negociação estava marcada para a próxima quarta-feira.

No entanto, Loureiro afirma que no momento de negociação a prefeitura apresentou o reajuste de 3% para a imprensa, sendo que o assunto ainda estava sendo discutido com a categoria. "Questionamos que o reajuste foi muito pouco, mas a prefeitura disse que era o limite e que regularia o plano de carreira a partir do mês de julho. Debatesmos isso em assembleia e definimos a greve com 72 horas de antecedência".

Ainda de acordo com a decisão, "a interrupção total dos serviços educacio-

nais, tidos como essenciais, é inconstitucional".

A greve dos professores reivindicando a recomposição salarial, as condições de trabalho e pagamento do planos de carreira começou no último dia 26 de março. A decisão da Justiça determinando o retorno dos trabalhadores foi expedida na última segunda-feira.

A prefeitura declarou que acolheu quatro das cinco reivindicações da categoria durante as duas reuniões realizadas em mesa de negociação. E a Procuradoria Geral do Município (PGM) informou que já determinou que a prefeitura proceda com as medidas cabíveis.

Professores mantêm greve em Vitória

Mesmo com a determinação do Tribunal de Justiça, na última segunda-feira, que classificou a greve dos servidores da Educação de Vitória como ilegal, com multa diária de R\$ 4 mil, caso eles não retornem de imediato às atividades, os professores decidiram manter a paralisação.

Eles se reuniram na última quinta-feira e decidiram, além de continuar em greve, também recorrer da decisão.

“Vou ao STJ para voltar à minha casa”

Com nariz de palhaço e um bolo nas mãos, aposentada que foi expulsa de prédio há 5 meses protesta contra decisão da Justiça

Jéssica Trucat

Expulsão do prédio onde morava, a aposentada Lucia da Rocha, 62 anos, está todos os dias em frente ao Tribunal de Justiça do Estado (TJ-ES). O protesto teve início em novembro do ano passado, quando saiu a decisão judicial em relação a denúncias de má conduta no seu condomínio, em Jardim Camburi, Vitória.

A cena inusitada se repete diariamente há cinco meses. Lucia, vestida com peruca e nariz de palhaço, em forma de indignação, diz que não vai desistir de voltar para o seu apartamento. “Vou recorrer até ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e vou ter minha casa de volta”, afirmou a aposentada.

Para “comemorar” o quinto mês fora de casa e mostrar a insatisfação com a situação, Lucia levou ontem, um bolo ao local, em frente ao TJ-ES. O processo teve julgamento em segunda instância e, mais uma vez, a aposentada saiu perdedora. Agora, mora de favor na casa de um casal de idosos.

Segundo ela, tudo foi motivado por perseguição por parte dos moradores. “Eles não aguentavam me ver reclamando das irregularidades”, disse.

Na ação, movida pelo condomínio, os moradores relatam problemas que tiveram desde 2011 com Lucia. Em um dos casos, ela teria colocado papel higiênico em maçanetas. A aposentada também é acusada de ter tratado ofensivamente funcionários e inquilinos, além de ter provocado brigas e jogado lixo pelas escadas do condomínio.

Segundo o síndico jurídico do condomínio do qual a aposentada foi expulsa, Celso Ferreira da Cruz, apesar de Lucia negar as acusações, há provas e, inclusive, imagens de monitoramento. “A convivência agora está bem melhor. Já fizemos até confraternização. Estamos vivendo, finalmente, uma vida normal e em paz”, comentou.

O advogado do Sindicato Patronal de Condomínios e Empresas Administradoras de Condomínios (Sipces), Roberto Merçon, explicou que o vizinho antissocial, aquele que descumpra as regras de convívio, pode ser punido.

“Está no Código Civil, de 2002, começando com uma multa de até 10 vezes o valor da taxa de condomínio ou, como esse caso inusitado, a expulsão”, disse.



LÚCIA DA ROCHA, em frente ao Tribunal de Justiça, levou ontem um bolo para lembrar o quinto mês fora de casa

Eder Pontes nomeado para o Ministério Público

O procurador Eder Pontes vai voltar a comandar o Ministério Público Estadual. A decisão foi tomada pelo governador Paulo Hartung e publicada em um Diário Oficial extra, divulgado na noite de ontem.

A definição pelo nome de Eder Pontes para ocupar o cargo de procurador-geral de Justiça ocorreu poucas horas depois de o governador receber da atual ocupante do cargo, Elda Márcia Moraes Spedo, a lista triplíce com nomes dos mais

votados pela categoria.

Eder atuará à frente do órgão durante o biênio 2018/2020. Ele deixou a chefia do Ministério Público em 2016, depois de ficar quatro anos no posto mais alto do Ministério Público.

Na votação da lista triplíce, Eder Pontes conseguiu 167 votos contra 166 do promotor Marcelo Queiroz. Completando a lista enviada para a escolha de Paulo Hartung estava a promotora Nice Sampaio, que teve 104 votos.

BE TO MORAIS - 23/03/2018



EDER PONTES fica no comando do Ministério Público do Estado até 2020

MAIS UMA VEZ

Eder Pontes vai comandar o Ministério Público do ES

Procurador foi o escolhido de Hartung para ocupar o cargo no biênio 2018/2020

▲ NATALIA DEVENS
ncosta@redgazeta.com.br

O procurador de Justiça Eder Pontes foi o escolhido pelo governador Paulo Hartung (PMDB) para ocupar o cargo de procurador-geral de Justiça de 2018 a 2020. Pontes foi o mais votado entre os integrantes da lista tríplice formada após a eleição do órgão, no dia 24 de março, alcançando 167 votos entre os membros da classe, ou seja, apenas um a menos que Eder.

Na disputa também estavam o promotor de Justiça Marcello Queiroz, que alcançou 166 votos, e a promotora Nícia Sampaio, com 104. A decisão do governador foi publicada ontem em edição extra do Diário Oficial. A posse será realizada no dia 2 de maio.

Eder foi procurador-geral de Justiça de 2012 a



CARLOS ALBERTO SILVA - 01/02/2015

Eder Pontes já comandou o MPES por dois mandatos, entre 2012 e 2016

2014, e também de 2014 a 2016. Naquele ano, sua sucessora foi a procuradora Elda Spedo, apoiada por ele. Pontes atualmente ocupa o cargo de subprocurador-geral de Justiça administrativo.

O governador não precisava, obrigatoriamente, escolher o mais votado da lista tríplice formada em elei-

ção da qual participaram os promotores e procuradores de Justiça. Mas essa era uma reivindicação da Associação dos Membros do Ministério Público do Espírito Santo, "para respeitar o desejo da classe".

CONTINUIDADE

Com a opção pelo nome de Eder Pontes, Hartung

dá continuidade a um grupo que comanda o MPES há cerca de seis anos. E também possibilita o ineditismo de um membro do MP ser procurador-geral de Justiça por três mandatos – sendo dois consecutivos e um intercalado.

O segundo colocado na lista, Marcelo Queiroz, representava a oposição,

POSSE

2

de maio

É a data em que ocorrerá a posse de Eder Pontes como procurador-geral de Justiça.

que ganhou força na eleição interna, mas não conseguiu a cadeira.

PLANOS

Com 24 anos de carreira, Eder Pontes afirmou, em um folder de campanha, a defesa de sua administração: "Não há espaço para riscos e amadorismos. Ao revés, a grandeza do Ministério Público exige condução firme e experiente".

Um dos focos de suas propostas foi "defender de forma intransigente a instituição e as prerrogativas de seus membros".

Para isso, se comprometeu a alterar a Lei Orgânica do MPES para a cria-

ção de promotorias de Justiça regionais, novos cargos de técnicos e de assessor de Promotor de Justiça, fracionamento de férias prêmio, instituição de licença compensatória e de folga para plantão.

Também afirmou que iria atuar em conjunto com os demais MPs para restabelecer o adicional por tempo de serviço.

Em relação às propostas voltadas à atuação do órgão, o procurador defendeu potencializar o uso dos instrumentos de auto composição de conflitos, especialmente a mediação e a negociação.

Outras ideias são instituir o Gabinete PGJ Itinerante, levando a Administração Superior ao interior e também o MPES Itinerante, que consistiria em percorrer o estado em um ônibus estruturado com recursos humanos e materiais, tendo como viés prioritário a difusão da atuação do Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição.

MUDANÇAS NO GOVERNO

Coronel assume secretaria e anuncia concursos

Ex-comandante da PM Nylton Rodrigues substituiu André Garcia e confirmou editais com mais de 430 vagas até o próximo dia 20

Luiz Fernando Brumana

Com o fim do prazo para secretários deixarem os cargos de olho na eleição deste ano, o primeiro escalão do governo do Estado teve seis mudanças. Uma das principais foi na pasta de Segurança. André Garcia (PSDB) deixou o posto e foi substituído pelo coronel da PM Nylton Rodrigues.

Ao assumir, o coronel Nylton reforçou o anúncio dos concursos da PM, Corpo de Bombeiros e Polícia Civil ainda este ano.

“Os editais (PM e Bombeiros) devem sair até dia 20 deste mês. Vamos apertar ainda mais o cronograma para que o andamento termine neste semestre”, afirmou o novo secretário, que foi sucedido no comando-geral da PM pelo coronel Alexandre Ramalho.

A empresa contratada para o concurso é o Instituto AOCF.

Segundo ele, serão 250 vagas de soldado PM, 30 para oficiais combatentes, 20 para oficiais médicos e 10 para soldado músico. Já para



ANDRÉ GARCIA saiu da Secretaria de Estado da Segurança Pública e foi sucedido pelo coronel Nylton Rodrigues

os Bombeiros serão 120 vagas para soldados e sete para oficiais. Sobre a Polícia Civil, o novo secretário não informou datas.

O ex-secretário André Garcia esteve por mais de 10 anos na equipe do governo. Em evento, ontem a tarde no Palácio Anchieta, o governador Paulo Hartung (MDB)

exaltou o profissional. “Foi quem a mais tempo ficou à frente da Secretaria da Segurança”. Garcia ainda não decidiu o cargo que vai disputar.

Outro que deixou a pasta foram o secretário de Agricultura, Octaciano Neto (PSDB), candidato à Câmara Federal. Entrou no lugar

Ideraldo Luiz Lima.

No governo do Estado, há mudanças ainda nas pastas de Ciência e Tecnologia, Casa Civil, Esportes e Desenvolvimento Urbano.

Nas prefeituras da Grande Vitória são três mudanças em Vitória; uma em Vila Velha; uma em Cariacica; e duas na Serra.

TROCAS NAS GESTÕES

Governo do Estado

- > DIREITOS HUMANOS: Sai Júlio Pompeu (PDT) e entra Andreza Rosalém (ela acumula a Secretaria de Trabalho e Renda)
- > AGRICULTURA: Sai Octaciano Neto (PSDB) e entra Ideraldo Luiz Lima.
- > ESPORTES: Sai Roberto Carneiro (PRB) e entra Marcelo Coelho.
- > SEGURANÇA: Sai André Garcia (PSDB) substituído por coronel Nylton Rodrigues.
- > CASA CIVIL: Zé Carlinhos (PSD) sai e entra Roberto Carneiro (PRB).
- > DESENVOLVIMENTO URBANO: Rodney Miranda (PRB) será substituído por Marcelo de Oliveira
- > CIÊNCIA E TECNOLOGIA: Camila Brandão entra no lugar de Vandinho Leite (PSDB)
- > INCAPER: sai Marcelo Coelho e entra Nara Sthefania Tedesco.
- > POLÍCIA MILITAR: sai Nylton Rodrigues e entra Alexandre Ramalho.

Prefeituras

VITÓRIA

- > PLANEJAMENTO: Fabrício Gandini (PPS) sai e entra Vander Borges.
- > DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES: Lenise Loureiro (PPS) será substituída por Henrique Valentim.
- > ESPORTES: Wallace Valente (PPS) sai e entra Waguinho Ito (PPS).

VILA VELHA

- > DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: Carlos Von deixa a pasta.

SERRA

- > SERVIÇOS: Guto Lorenzoni (Rede) sai. Será indicado quadro técnico.
- > AGRICULTURA: Gustavo de Biase (Rede) deixa o posto. Será indicado interinamente um quadro técnico.

CARIACICA

- > INFRAESTRUTURA: Bruno Polez (SD) saiu e entrou José Luiz, um técnico do pasta.

Faculdade de Medicina mantida no Sul

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

A decisão do Ministério da Educação (MEC) de suspender a criação de novos cursos de Medicina em todo o País não vai afetar o processo de implantação da faculdade

em Cachoeiro de Itapemirim.

Desde 2014, quando a cidade foi pré-selecionada pelo MEC em um edital do programa Mais Médicos, do governo federal, os moradores de Cachoeiro de Itapemirim aguardam pela instalação da facul-

dade de medicina.

A previsão é que a nova faculdade disponibilize anualmente 100 novas vagas. O curso será implantado pela Multivix, que ganhou o processo de seleção do MEC. A instituição já ampliou a estrutura, com a instalação de laboratórios, para receber os futuros alunos.

Na última quinta-feira, o então ministro de Educação, Mendonça Filho, que deixou ontem o ministério para disputar as eleições, assinou portaria suspendendo novos editais de criação dos cursos e impedindo o aumento de vagas nos cursos já existentes.

O MEC alegou que a proposta era uma demanda da própria categoria médica e tinha como objetivo preservar a qualidade do ensino.

A Multivix também se posicionou informando que a suspensão de novos cursos não representa prejuízo para o município de Cachoeiro, pois a criação da faculdade já havia sido autorizada anteriormente.

O município de Cachoeiro se

inscreveu em 2013 no processo de seleção do governo federal para abertura dos cursos de medicina e foi escolhida no ano seguinte, com outros 35 municípios.

Em 2015, em disputa envolvendo cinco faculdades, a Multivix foi selecionada. O processo foi suspenso duas vezes: no mesmo ano, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), e em 2016, pela Justiça do Estado, após recurso aberto pela Emescan, que não concordou com o resultado.

No entanto, em fevereiro de 2016 a Vara Federal Cível de Vitória voltou atrás e revogou liminar que suspendia o processo.

O MEC informou que já foi notificada da decisão judicial e deu sequência aos trâmites para a implantação do curso de Medicina na cidade.

Ainda, segundo o Ministério da Educação, a sentença já foi encaminhada às unidades internas do órgão, que são responsáveis pelo monitoramento e chamamento público. O MEC não deu prazo para a implantação do curso.



FACULDADE em Cachoeiro vai abrir vagas para curso de Medicina

ALESSANDRO DE PAULA

NEGÓCIOS NA JUSTIÇA

EX-DONOS DA ELETROCITY QUEREM EMPRESA DE VOLTA

Antigos sócios questionam gestão dos novos controladores

GERALDO CAMPOS JR
gcjunior@redgazeta.com.br

Uma das redes de comércio mais famosas e tradicionais do Espírito Santo, a Eletrocity vive um imbróglio mais complicado do que se imagina. Com dívidas estimadas em R\$ 54 milhões, a varejista entrou em recuperação judicial há um ano e foi vendida em junho de 2017 para um grupo paulista, que assumiu os passivos e se comprometeu a quitar os déficits. De lá para cá, a empresa pediu o fim da recuperação judicial, fechou todas as unidades, demitiu funcionários e teve o valor das dívidas elevado para R\$ 127 milhões.

Diante desse cenário, os fundadores da empresa agora querem brigar para reerguer a rede, nem que seja necessário ir à Justiça para desfazer a venda por quebra de contrato e ter de volta o controle da varejista.

Segundo o advogado Carlos Luiz Zaganelli Filho, que representa o ex-proprietário e fundador da rede, Jackson Laurett, a ideia inicial é notificar o grupo Coleman, que adquiriu as lojas, para buscar respostas do que ele chama de desmonte da marca. O advogado explica que o contrato de venda previa a quitação dos débitos em um ano, mas isso não tem sido feito segundo ele,



Unidade da rede localizada em um shopping de Vitória: lojas estão fechadas e funcionários, sem receber

que afirma que se precisar os antigos acionistas estão dispostos a brigar na Justiça.

“Nós estamos planejando ajuizar ações de questionamento, para saber a real situação da empresa e o que está sendo feito. Se não cumprirmos, vamos buscar na Justiça para retomar a empresa e, posteriormente, pedir de volta a recuperação judicial. A situação chegou ao ponto que, mesmo não sendo mais acionista, o Ja-

ckson está sendo convocado para justificar essas dívidas”, afirma.

A razão da briga para ter a empresa de volta, de acordo com o advogado, seria o “fechamento ilegal” das lojas. Conforme A GAZETA já noticiou, entre setembro e dezembro do ano passado, já sob comando do grupo paulista, as últimas unidades da Eletrocity que ainda estavam abertas fecharam as portas. Entretanto, não foi

DÉBITOS

R\$ 127 milhões

É o valor atualizado das dívidas da rede Eletrocity com os credores, segundo os ex-donos. Inicialmente, eram R\$ 54 milhões.

decretada falência e o grupo Coleman afirmou que não encerrou as atividades.

“Antes de vender, foi feita uma minuciosa auditoria em tudo. Aí teve a venda, que foi a um preço simbólico, para que eles sanassem os problemas e reestruturassem a empresa. A auditoria apontava e estava previsto no contrato de venda a necessidade de reforçar o caixa e fazer investimentos para reerguer a marca”, pontua.

Zaganelli, no entanto, ressalta que a reestruturação não tem sido feita. “Pelo contrário, não pagaram os credores, fecharam tudo, não pagaram funcionários nem dívidas trabalhistas. Fora isso, ainda venderam ativos da empresa. É, na nossa visão, um verdadeiro desmonte dessa que foi uma das marcas mais valiosas do Estado por muitos anos”.

O pedido de saída da recuperação judicial feito assim que o grupo assumiu a empresa é outro dos pontos questionados. “Aquele era um plano montado junto com os credores para solucionar as dívidas. Quando eles entraram, tiraram da recuperação e não honraram os débitos, mas praticamente fechar a empresa de forma irregular.”

OUTRO LADO

A reportagem tentou contato com o grupo Coleman por telefone, ontem, mas não obteve sucesso. Também foi pedido um posicionamento via e-mail, mas não houve retorno até o fechamento desta edição. Em janeiro, o grupo havia afirmado para A GAZETA que não encerrou as atividades da rede e que é impossível recuperar uma marca desse porte em um prazo inferior a 18 meses.

HISTÓRICO DA EMPRESA

1985

▼ Nasce a Eletrocity

Primeira loja é aberta em Campo Grande, Cariacica, comercializando produtos eletroeletrônicos.

Anos 90

▼ Consolidação

No início da década de 1990, a marca se consolidou em Cariacica e abriu mais duas lojas, e firmou-se no segmento.

Anos 2000

▼ Expansão

No início da década, a rede iniciou sua franca expansão. O grupo passou a atuar em toda a Grande Vitória e, posteriormente, no interior capixaba e na Bahia. No seu auge, a Eletrocity chegou a contar com 22 lojas: 12 na Grande Vitória, sete no interior do Estado, e mais três no Sul da Bahia.

2010 a 2015

▼ Dificuldades

O processo de expansão dos anos anteriores trouxe dívidas e a empresa começou a ter dificuldades financeiras. Iniciou-se o fechamento de unidades.

2016

▼ Demissões

Com o avançado fechamento de lojas, sobretudo no interior, a empresa firmou um

acordo para rescisão

contratual com os trabalhadores demitidos. Com as dívidas, os sócios começam a estudar a venda e a recuperação judicial.

2017

▼ Recuperação

Em março, foi aprovado o pedido de recuperação judicial da rede Eletrocity, que devia, à época, R\$ 54 milhões.

▼ Venda

Em junho, a empresa foi vendida para o grupo paulista Coleman, que assumiu as dívidas. Em novembro, a nova proprietária pediu o fim da recuperação judicial, que foi aprovada pelos credores.

▼ Fechamento de lojas

Em dezembro, as duas últimas unidades da rede que ainda estavam abertas fecharam as portas. A

nova controladora, no entanto, afirmou que não encerrou as atividades.

2018

▼ Questionamento

Os antigos proprietários questionam o não cumprimento do contrato de venda, que estabelecia o saneamento da dívida em um ano, ou seja, até junho, e o fechamento de lojas. A promessa é de recorrer à Justiça para reaver a rede.

RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Digital Tiger também segue em dificuldades

Além da Eletrocity, rede de eletrônicos e fábrica da Ingá foram adquiridas pelo grupo paulista

▲ GERALDO CAMPOS JR
gcjunior@redgazeta.com.br

Com atuação voltada em adquirir grandes empresas com dificuldades financeiras e em recuperação judicial, o grupo paulista Coleman comprou, além da Eletrocity, a Digital Tiger e a Água Mineral Gold, antiga Água Ingá. As aquisições foram feitas no ano passado e os valores das transações não foram revelados.

No caso da Digital Tiger, rede de comércio de produtos eletrônicos fundada em Vila Velha em 1995, a empresa chegou a ter 14 lojas pelo Estado no seu auge. O capital social das empresas Vite Comércio Tecnologia S/A e Bullus & Cia LTDA, que compõe o grupo de lojas da rede, chegou a ser avaliado em R\$ 9,2 milhões, segundo a Receita Federal.

Em 2014, as duas empresas que formavam a rede entraram em recuperação judicial em função das dívidas, que não tiveram valor divulgado. Três anos depois, ambas as empresas foram adquiridas pela Totalgest Participações S/A, que faz parte do grupo Coleman. A nova controladora assumiu os passivos e se comprometeu a recuperar a empresa.

No entanto, a situação da rede só se complicou. No final do ano passado, restavam apenas seis lojas abertas no Estado. As unidades remanescentes, porém, estão de portas fechadas desde 1º de fevereiro deste ano. Após sucessivos atrasos de salários e promessas, funcionários cruzaram os braços e se recusaram a trabalhar.

Conforme A GAZETA mostrou, cerca de 20 trabalhadores da loja chegaram a ir à Justiça para pedir a rescisão dos contratos pela falta de pagamento de salários atrasados e do 13º de 2017.

A situação chegou ao tal ponto que, no último mês, a empresa recebeu ordem de despejo do ponto da loja de Campo Grande. Segundo advogados, a dívida por não pagar o aluguel da unidade era de aproximadamente R\$ 100 mil.

A reportagem não conseguiu contato com a Totalgest. O grupo Coleman foi acionado pela assessoria de imprensa, mas não enviou resposta. Em nota enviada em janeiro, o grupo afirmou que recuperar integralmente a Digital Tiger e a Eletrocity é impossível em menos de 18 meses. A resposta, à época, destacava que foi realizado planejamento estratégico de 2018 para ambas as marcas e que a previsão era de reabertura das lojas ainda no 1º trimestre deste ano.

A GAZETA não conseguiu contato com a empresa Água Mineral Gold. O grupo Coleman também não explicou a situação financeira da empresa.

Casos se assemelham à briga da Viação Itapemirim

BERNARDO COLTINHO/ARQUIVO

▲ A história é parecida. Grandes empresas capixabas, que se expandiram e fizeram dívidas crescentes, e tiveram que ser vendidas para grupos de fora do Estado, que atuam com reestruturação de companhias. Além disso, recuperação judicial e brigas na Justiça. O caso de Eletrocity e Digital Tiger se assemelha, e muito, com o da Viação Itapemirim, que foi de potência nacional ao declínio.

Em seus tempos áureos, a Viação Itapemirim, fundada por Camilo Cola, figurava entre uma das maiores da América Latina. Atualmente, é uma empresa endividada, em recuperação judicial, e não pertence mais à família Cola, que vendeu o controle acionário da companhia no final de 2016.

Diante de um quadro de



Ônibus da Itapemirim: novela se arrasta na Justiça

dívidas trabalhistas e com fornecedores da ordem de R\$ 330 milhões e um passivo tributário de R\$ 1 bilhão, a empresa entrou, em março de 2016, em recuperação judicial.

A venda da empresa da família Cola para os novos sócios virou uma briga na

Justiça. Enquanto os antigos donos os acusam de fraude e pedem a empresa de volta, os atuais controladores se defendem, mostram documentos e alegam que agiram estritamente dentro da lei. (Com informações de Luísa Torre).